

Brasília, 23 de janeiro de 2026

Seleção

Sumário

Agência Estado - Broadcast

A BTL anuncia a efetiva aplicação dos direitos de patente relacionados com o EMFACE(R) contra o... 3

Migalhas

Registro de marca como estratégia de proteção do negócio 4

MSN Notícias

Atraso em patentes trava inovação e afeta competitividade 6

Quando o direito existe no papel, mas não na prática 9

Scarlett Johansson e Cate Blanchett entre 800 artistas que chamam 'roubo' ao treino de IA 10

Mundo do Marketing

A Kioxia é selecionada entre as 100 empresas globais mais inovadoras de 2026 pela Clarivate 11

Folha.com

Congresso discute reforma na lei de patentes para não travar inovação 12

Monitor Mercantil Digital online

Reconhecimento de marca de alto renome 14

Hoje em Dia - Online

STJ nega extensão de patentes: Ozempic e Rybelsus 16

A BTL anuncia a efetiva aplicação dos direitos de patente relacionados com o EMFACE(R) contra o dispositivo WonderFace



O acordo é fruto de um processo por **violação de patente** iniciado pela BTL em várias jurisdições para proteger sua tecnologia patenteada EMFACE(R). Como resultado do acordo, a Lexter concordou em suspender a fabricação, comercialização e distribuição em todo o mundo, bem como o uso de tecnologias de tratamento facial e produtos descartáveis associados que combinem simultaneamente radiofrequência e estimulação muscular elétrica.

Líder em inovação médica, a BTL detém um robusto portfólio internacional de **patentes** que protege aspectos fundamentais das tecnologias baseadas em energia.

"O impacto global e definitivo deste acordo comprova nossa dedicação à defesa da **propriedade intelectual** da BTL e à proteção dos investimentos de nossos clientes," afirmou Tomas Schwarz, CEO do BTL Group.

Para obter mais informações sobre o EMFACE(R), visite www.emface.com.

Sobre a BTL Fundada em 1993, a BTL é líder mundial no desenvolvimento de dispositivos

médicos inovadores, e oferece soluções avançadas nas áreas de medicina estética, dermatologia, cirurgia plástica, reabilitação, ortopedia, cuidados com articulações e coluna vertebral, odontologia, cuidados primários e obstetrícia/ginecologia. Detentora de mais de 200 **patentes** e contando com mais de 600 engenheiros internos, a BTL utiliza a ciência e a tecnologia para desenvolver tratamentos médicos não invasivos e terapêuticos em todo o mundo. Seu portfólio de produtos inclui EMFACE(R), EXION(R), EMSCULPT NEO(R), EXOMIND(R), EMSELLA(R), EMVITAL(R) e outros.

Logotipo -https://mma.prnewswire.com/media/2791403/5728165/BTL_Group_Logo.jpg

View original content:<https://www.prnewswire.com/br/comunicados-para-a-imprensa/a-btl-anuncia-a-efetiva-aplicacao-dos-direitos-de-patente-relacionados-com-o-emface-contr-o-dispositivo-wonderface-302668047.html>

FONTE BTL

Tópicos Relacionados: Médico / Farmacêutico, Lei de Patentes, Equipamento Médico, Saúde/Hospitais, Questões Jurídicas, **Biotechnology**, Computador/Eletrônica

AOESP não é(são) responsável(is) por erros, incorreções, atrasos ou quaisquer decisões tomadas por seus clientes com base nos Conteúdos ora disponibilizados, bem como tais Conteúdos não representam a opinião da OESP e são de inteira responsabilidade da PR Newswire Ltda

Registro de marca como estratégia de proteção do negócio



Independentemente do porte da empresa.

Registro de marca como estratégia de proteção do negócio
Alonso Santos Alvares e Ester Medeiros
Independentemente do porte da empresa. quinta-feira, 22 de janeiro de 2026

Atualizado às 10:05

Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

A experiência prática mostra que muitos empresários associam a permanência de uma marca no mercado ao surgimento automático de um "direito de propriedade" sobre aquele nome. É uma leitura intuitiva: se a empresa utiliza o sinal distintivo há anos, investe em reputação e consolida clientela, pareceria natural concluir que a marca lhe pertence.

Ocorre que, no Brasil, essa percepção não basta para assegurar exclusividade. Em matéria marcária, o sistema jurídico privilegia a segurança registral: a proteção plena da marca decorre do registro regularmente concedido pelo **INPI**, e não do uso isolado no mercado. A lei de **propriedade industrial** estabelece expressamente que a propriedade da marca se adquire pelo registro validamente expedido, assegurando ao titular o uso exclusivo em todo o território nacional.

Essa premissa revela um ponto sensível: tempo de uso não substitui proteção jurídica adequada. E, quando a marca se torna valiosa, a ausência de re-

gistro, ou um registro fragilizado, pode converter o sucesso do negócio em vulnerabilidade.

Marca não é apenas nome: é patrimônio jurídico e econômico. A marca concentra investimentos publicitários, posicionamento, goodwill e a confiança do consumidor. Ela é, na prática, um ativo intangível que sustenta a continuidade do negócio. Por isso, conflitos marcários raramente são disputas "abstratas": costumam impactar diretamente a identidade comercial, domínio, redes sociais, embalagens, contratos e a estratégia de mercado.

Ainda assim, é comum que negócios cresçam operando com base em uma sensação de "posse" derivada do uso. O problema costuma aparecer quando o mercado amplia a exposição da marca e, com isso, aumentam também os pontos de atrito: oposições no **INPI**, notificações extrajudiciais e ações judiciais discutindo abstenção de uso e nulidade de registro.

O limite jurídico do uso: a exclusividade nasce do registro. O sistema marcário é atributivo: a exclusividade se estrutura a partir do registro, e esse registro, por sua vez, deve respeitar os limites legais. Dentre eles, a LPI veda o registro de sinais que constituam reprodução ou imitação de marca alheia registrada, para produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, quando forem suscetíveis de causar confusão ou associação.

Aqui reside a chave prática: não é apenas a falta de registro que expõe risco. Mesmo quando há registro, se ele for juridicamente colidente (pela semelhança relevante em contexto concorrencial), pode ser desconstituído judicialmente. Em tais hipóteses, o histórico de uso e investimento não convalida o vício: prevalece a análise técnico-jurídica de distintividade e risco de confusão e associação.

Um precedente emblemático é o julgamento da 3ª turma do STJ no REsp 1.922.135/RJ, envolvendo as marcas de energético Red Bull e Power Bull. Na decisão, o Tribunal reconheceu a colidência e assentou que a proteção marcária não se limita à hipótese de confusão direta: o art. 124, XIX, da LPI também veda a associação indevida, caracterizável

pelo risco de vinculação equivocada quanto à origem dos produtos, ainda que inexistente confusão entre os conjuntos marcários.

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E PROPRIEDADE INDUSTRIAL. AÇÃO DE NULIDADE. REGISTRO. COLIDÊNCIA. MARCA. REPRODUÇÃO PARCIAL. CARÁTER GENÉRICO. RELAÇÃO INDIRETA. INSUFICIÊNCIA. ASSOCIAÇÃO INDEVIDA. FAMÍLIA DE MARCAS. SEGMENTO MERCADOLÓGICO. IDENTIDADE. POSSIBILIDADE DE ASSOCIAÇÃO. ORIGEM DOS PRODUTOS. RECONHECIMENTO. DILUIÇÃO. EXTERIOR. REGISTRO. TERRITÓRIO NACIONAL. PROTEÇÃO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC de 2015 (enunciados administrativos 2 e 3/STJ). 2. Cinge-se a controvérsia a saber se há colidência entre as marcas de bebida energética Red Bull e Power Bull. 3. A vinculação indireta entre a marca e características do produto é insuficiente para configurar sinal genérico, necessário, comum, vulgar ou meramente descritivo. 4. A associação indevida a marca alheia, prevista no art. 124, XIX, da lei 9.279/1996, pode ser caracterizada pelo risco de vinculação equivocada quanto à origem dos produtos contrafeitos, ainda que inexistente confusão entre os conjuntos marcários. 5. A diluição da marca no exterior não é suficiente para afastar a distintividade do registro no Brasil. 6. No caso em apreço, as marcas envolvidas na demanda, a despeito de não apresentarem semelhança entre as suas embalagens, atuam no mesmo segmento mercadológico, utilizam os mesmos locais de venda e visam ao mesmo público, o que evidencia a possibilidade de associação equivocada quanto à origem. 7. Na hipótese de colidência entre marcas deve prevalecer aquela que foi registrada primeiro. 8. Recurso especial provido. (STJ - 3ª turma - REsp 1.922.135/RJ - REL. MIN. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA - j. 13/4/2021 - DJe 16/4/2021).

Enquanto a empresa é pequena, a marca pode passar despercebida. Mas, quando o negócio escala, o sinal distintivo ganha visibilidade e, com ela, aumenta a probabilidade de questionamentos. O litígio tende a surgir justamente quando a marca já está incorporada à operação, embalagens, campanhas, contratos, canais digitais, o que eleva exponencialmente o custo de qualquer intervenção.

A consequência prática de uma nulidade ou de ordem de abstenção é clara: pode haver rebranding

forçado, perda de reconhecimento, ruído com consumidores e custos relevantes de readequação. Por isso, o direito marcário deve ser tratado como política de prevenção, para evitar a perda do ativo

quando ele finalmente se torna valioso.

Registro não é burocracia, é estratégia de preservação do ativo. A proteção eficiente envolve três frentes simples, porém decisivas: A primeira é a análise prévia de risco e anterioridades, a segunda é o depósito e condução estratégica do pedido, classes e especificação coerentes, e por fim, gestão do ativo ao longo do tempo, oposições, colidências e monitoramento de uso por terceiros.

A adoção dessas medidas reduz drasticamente a chance de o empreendedor ser surpreendido no auge do crescimento, quando a marca já está economicamente consolidada e a troca deixa de ser apenas um ajuste estético para se tornar uma ruptura comercial.

No direito marcário, o tempo não cria exclusividade e, em certos cenários, nem mesmo o registro mal posicionado resiste ao controle judicial. O caso Power Bull x Red Bull reforça que o sistema tutela o mercado e o consumidor contra confusão e associação indevida, inclusive com a anulação de registro colidente.

Registrar corretamente, com análise prévia e estratégia, não é formalismo: é a forma mais eficiente de proteger a história construída, impedir apropriações e garantir liberdade de expansão.

Alonso Santos Alvares O advogado é sócio da Alvares Advogados, escritório de advocacia especializado nas mais diversas frentes do Direito Empresarial, Civil, Trabalhista e Tributário.

Ester Medeiros Advogada pós-graduada em Direito Empresarial, integrante do núcleo cível e empresarial do Alvares Advogados, escritório com atuação em Direito Empresarial, Cível, Trabalhista e Tributário.

Atraso em patentes trava inovação e afeta competitividade



O Brasil caiu pelo segundo ano consecutivo no Índice Global de Inovação (IGI), ficando na 52ª posição entre 139 economias avaliadas. O ranking, elaborado pela **Organização Mundial da Propriedade Intelectual** (OMPI) em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), avalia desde investimentos em pesquisa até a capacidade de transformar conhecimento em produtos e impacto econômico.

Em paralelo à queda no ranking, o país registrou o menor número de patentes em cinco anos, segundo dados oficiais - um sinal de que o gargalo não é apenas conceitual, mas se traduz em produção tecnológica real.

Entre 2015 e 2022, o Brasil perdeu cerca de 6,7 mil cientistas, segundo estimativas do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A evasão de pesquisadores é apontada por especialistas como um efeito direto da falta de previsibilidade institucional, que limita oportunidades, encurta horizontes de pesquisa e empurra talentos para mercados mais seguros.

Os indicadores revelam um problema estrutural. A lentidão regulatória, o atraso na análise de patentes e a insegurança jurídica reduzem investimentos, travam produtividade e afastam centros internacionais de pesquisa. Em um ambiente global marcado por ciclos cada vez mais curtos de inovação, o país opera em ritmo incompatível com a fronteira tecnológica.

A resposta a esse cenário ganhou forma com a criação do Movimento Brasil pela Inovação. A coalizão reúne entidades que representam áreas como saúde, agronegócio, indústria, tecnologia e **propriedade intelectual** - ABBI, **ABPI**, CropLife, **Interfarma**, IBCIS e ILM, que congregam empresas e especialistas de setores intensivos em pesquisa - em torno de uma agenda comum: fortalecer a segurança jurídica e alinhar o país às melhores práticas internacionais para o desenvolvimento tecnológico.

O grupo surge da preocupação com o ambiente de negócios brasileiro e com a credibilidade institucional do país diante da morosidade na análise de patentes, da falta de clareza nas regras e do descompasso entre a legislação nacional e os padrões adotados em economias líderes. Para as entidades, esse conjunto de fatores reduz o apetite por investimento, compromete a competitividade e contribui para a saída de talentos e centros de pesquisa.

Insegurança jurídica afeta decisões de investimento

Há décadas, o Brasil opera com um sistema de **propriedade intelectual** em descompasso com o ritmo da inovação global. Enquanto Estados Unidos, países europeus e asiáticos estruturaram mecanismos para garantir previsibilidade a quem investe em pesquisa, o país convive com prazos que podem ultrapassar dez anos para a análise de um pedido de **patente**. Em economias da OCDE, o tempo médio de exame é inferior a quatro anos.

O efeito é direto sobre a competitividade. Tecnologias demoram a chegar ao mercado e, em setores de ciclo rápido, perdem valor antes mesmo de se consolidarem. O retorno de projetos intensivos em Pesquisa e Desenvolvimento é corroído por processos lentos e decisões imprevisíveis.

A demora encurta, na prática, o período de proteção à **propriedade intelectual**. Para empresas, isso significa menos mercado. Para a economia, menor produtividade. Para universidades, redução de royalties.

O caso de um medicamento contra enjoo desenvolvido na Universidade de São Paulo, em parceria

com a iniciativa privada, tornou-se emblemático. O pedido de **patente** levou mais de 13 anos para ser analisado pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. Quando finalmente foi concedido, uma decisão judicial reduziu o período de proteção, justamente no momento em que o produto ganhava espaço no mercado.

Pesquisadores e empresas afirmam que esse não é um caso isolado. A falta de previsibilidade afasta investidores, reduz o interesse de multinacionais e deixa o Brasil fora de janelas tecnológicas relevantes. A ausência de prazos claros eleva o risco e encarece o custo de capital.

Com a Selic em 15%, o país já convive com um dos custos financeiros mais altos do mundo. Quando o ambiente institucional não oferece segurança jurídica, o risco sobe ainda mais. Projetos são postergados ou abandonados. O crescimento ocorre abaixo do potencial. A economia perde tração estrutural.

Cada ano perdido encurta a vida útil de uma inovação. A chegada de novos produtos é retardada. Patentes genuinamente brasileiras rendem menos. O potencial de exportação diminui. O atraso se traduz em perda de protagonismo em setores que operam na fronteira tecnológica.

Brasileiros reconhecem o problema

Uma pesquisa nacional encomendada pelo Movimento Brasil pela Inovação e realizada pelo Instituto Nexus mostra que a população percebe os impactos desse modelo.

O levantamento ouviu 2.005 pessoas em todas as unidades da Federação. Embora apenas um em cada quatro brasileiros diga conhecer como funcionam as regras de **propriedade intelectual**, a compreensão do tema aumenta quando o mecanismo é explicado.

Os números indicam alinhamento entre opinião pública e diagnóstico técnico:

80% afirmam que o processo burocrático e lento de **registro de patentes** pode prejudicar a oferta de novos medicamentos no país;

61% avaliam que reduzir o prazo de proteção desestimula a pesquisa e o desenvolvimento de soluções inovadoras;

63% acreditam que garantir o tempo de exclusividade acelera a chegada de novas tecnologias à população;

63% associam a insegurança regulatória à saída de empresas do setor de saúde;

59% entendem que a redução da proteção diminui o acesso a tratamentos inovadores.

Os dados indicam que, mesmo sem domínio técnico sobre o tema, a população estabelece uma relação direta entre proteção às patentes e capacidade de inovação do país.

O mecanismo em debate no Congresso

Para corrigir esse desequilíbrio, o Movimento Brasil pela Inovação defende a adoção do Patent Term Adjustment (PTA), mecanismo já aplicado em economias líderes em inovação. A ferramenta ajusta o prazo de vigência de patentes quando há atraso do Estado em sua análise.

No Brasil, a medida está em debate por meio da Emenda 4 ao Projeto de Lei 2210/2022 e do PL 5810/2025. Os textos estabelecem que, quando o prazo legal de análise for ultrapassado, o titular da patente tenha direito a um ajuste proporcional no tempo de vigência.

O objetivo é impedir que atrasos administrativos reduzam, na prática, o período de proteção garantido em lei.

Especialistas apontam que o mecanismo não amplia direitos nem cria privilégios. Corrige uma distorção que penaliza quem investe em Pesquisa e Desenvolvimento em um ambiente já marcado por incertezas.

Enquanto o mundo estrutura legislações para acelerar o ciclo de inovação, o Brasil segue penalizando seu próprio produtor de conhecimento científico, levando pesquisadores e empresas a migrarem para mercados mais seguros.

Para defensores da medida, a aprovação do PTA é o passo decisivo para que o país deixe de ser apenas consumidor de tecnologia e passe a disputar protagonismo em áreas estratégicas como bioeconomia, inteligência artificial, saúde, transição energética e defesa.

Sinal ao mercado global

Ao defender o PTA, o Movimento Brasil pela Inovação afirma que o país precisa enviar um sinal institucional claro ao mercado internacional. Segurança jurídica, previsibilidade regulatória e alinhamento a padrões globais passam a ser tratados como infraestrutura para o desenvolvimento tecnológico.

Para a coalizão, a decisão é estratégica: permanecer na posição de consumidor de tecnologia ou criar condições para disputar protagonismo em áreas de fronteira.

Em um cenário global marcado por competição científica e atração de talentos, a estabilidade das regras deixou de ser acessória. Tornou-se um fator determinante para investimentos, crescimento econômico e inserção internacional do país.

Quando o direito existe no papel, mas não na prática



O recente posicionamento do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** sobre a contagem do prazo de proteção das **patentes** ignora os efeitos concretos da mora administrativa - e, sobretudo, os princípios constitucionais que regem a atuação do Estado.

Ao afirmar que não há qualquer prejuízo ao titular, porque a proteção é contada a partir da data de solicitação da patente, o **INPI** sustenta que eventuais atrasos no processo de análise de patentes não reduziriam o prazo de proteção, já que o titular poderia, em tese, explorar o invento, licenciá-lo a terceiros e buscar indenizações retroativas após a efetiva concessão...Continue lendo no Brasil 247

Scarlett Johansson e Cate Blanchett entre 800 artistas que chamam 'roubo' ao treino de IA



Cerca de 800 artistas assinaram uma carta aberta que acusa empresas tecnológicas de "roubo" de obras protegidas por direitos de autor para treinar os seus modelos de inteligência artificial (IA).

Entre os signatários contam-se escritores, músicos e atores, entre eles Scarlett Johansson, Cate Blanchett, a banda R.E.M. e Vince Gilligan, criador de "Breaking Bad", numa carta do movimento "Stealing Isn't Innovation" da Human Artistry Campaign.

A carta exige que as empresas optem por parcerias "éticas" em vez de "roubar".

Empresas de IA enfrentam várias ações por direitos de autor intentadas por artistas e seus representantes, devido ao uso não autorizado de obras protegidas para treinar modelos de IA, com resultados díspares nos casos já apreciados ou resolvidos até agora. Related Lei da IA da UE não é suficiente para proteger os direitos de autor dos artistas, afirmam grupos de criadores

"A comunidade criativa dos Estados Unidos é motivo de inveja no mundo e cria emprego, crescimento económico e exportações", lê-se na carta aberta.

"Mas, em vez de respeitarem e protegerem este ativo valioso, algumas das maiores empresas tecno-

lógicas, muitas apoiadas por fundos de private equity e outros financiadores, estão a usar o trabalho de criadores norte-americanos para construir plataformas de IA sem autorização nem respeito pela lei de direitos de autor".

Existem cerca de 60 processos em curso nos Estados Unidos em que criadores e titulares de direitos processam empresas de IA. Casos semelhantes decorrem também na Europa.

As empresas de IA treinam os seus modelos alimentando os sistemas com grandes volumes de dados, incluindo texto, imagens, música e vídeo. Estes modelos aprendem padrões a partir desses dados para gerar conteúdo novo. Related Alemanha: tribunal proíbe OpenAI de usar letras de canções sem pagar

Mas grande parte desse material de treino é recolhida da internet sem autorização dos detentores dos direitos, incluindo livros, artigos, obras de arte, fotografias e música. As empresas argumentam que esta prática se enquadra no "fair use", enquanto os artistas sustentam que é cópia não autorizada que põe em causa os seus meios de subsistência e direitos de **propriedade intelectual**.

Em 2024, a OpenAI enfrentou críticas de Scarlett Johansson depois de a funcionalidade Advanced Voice soar de forma semelhante à voz da atriz no filme de 2013 "Her". Os representantes legais de Johansson enviaram cartas à OpenAI alegando que a empresa não tinha direito a usar uma voz semelhante à sua. A OpenAI suspendeu entretanto a voz "Sky".

Este texto foi traduzido com a ajuda de inteligência artificial. Comunicar um problema : [feedback-articles-pt@euronews.com].

A Kioxia é selecionada entre as 100 empresas globais mais inovadoras de 2026 pela Clarivate

A Kioxia Corporation foi nomeada uma das 100 Empresas Mais Inovadoras Globais de 2026 pela Clarivate, um prêmio concedido às empresas globais mais inovadoras pela Clarivate Plc. Esta é a quinta vez que a Kioxia recebe este prestigioso prêmio em reconhecimento às suas conquistas em **propriedade intelectual**.

Os prêmios Clarivate Top 100 Global Innovators 2026 foram concedidos às empresas e organizações mais inovadoras do mundo, com base na análise proprietária da Clarivate sobre tendências de **propriedade intelectual** e **patentes**. A metodologia utiliza um modelo que mede a inovação e se concentra no alto desempenho consistente e na escalabilidade da inovação, onde todas as ideias competem em igualdade de condições.

Com base em sua missão de "elevar o mundo com 'memória'", a Kioxia cultivará uma nova era de memória flash com sua tecnologia inovadora para promover pesquisa e desenvolvimento tecnológico que apoiem a crescente adoção de IA e a sociedade digital do futuro. A Kioxia continua a proteger e utilizar eficazmente sua **propriedade intelectual** e a desenvolver proativamente iniciativas para fortalecer a competitividade de seus negócios de memória flash e SSD.

Desenvolvimento tecnológico e **propriedade intelectual** da Kioxia

Como líder global em tecnologias de memória flash e SSD, a Kioxia está comprometida com pesquisa e desenvolvimento de ponta. Em dezembro de 2025, detínhamos aproximadamente 15.000 **patentes** registradas em todo o mundo.

Para mais informações sobre o Top 100 Global Innovators 2026, acesse: <https://clarivate.com/top-100-innovators/>

Comunicado de Imprensa da Clarivate: <https://clarivate.com/newsroom/>

* Este comunicado foi preparado para fornecer informações sobre nossos negócios e não constitui ou faz parte de uma oferta ou convite para vender ou uma solicitação de oferta para comprar ou subscre-

ver ou adquirir de qualquer outra forma quaisquer títulos em qualquer jurisdição, nem um incentivo

para se envolver em atividades de investimento, nem deverá servir de base ou ser considerado em relação a qualquer contrato.

* As informações deste documento, incluindo preços e especificações de produtos, conteúdo dos serviços e informações de contato, estão corretas na data do comunicado, mas estão sujeitas a alterações sem aviso prévio.

Sobre a Kioxia

A Kioxia é uma líder mundial em soluções de memória, dedicada ao desenvolvimento, produção e venda de memória flash e unidades de estado sólido (SSDs). Em abril de 2017, sua predecessora Toshiba Memory foi desmembrada da Toshiba Corporation, a empresa que inventou a memória flash NAND em 1987. A Kioxia está comprometida em elevar o mundo com "memória", oferecendo produtos, serviços e sistemas que criam opções para os clientes e valor baseado em memória para a sociedade. A inovadora tecnologia de memória flash 3D da Kioxia, BiCS FLASH[®], está moldando o futuro do armazenamento em aplicações de alta densidade, incluindo smartphones avançados, PCs, sistemas automotivos, data centers e sistemas de IA generativa.

O texto no idioma original deste anúncio é a versão oficial autorizada. As traduções são fornecidas apenas como uma facilidade e devem se referir ao texto no idioma original, que é a única versão do texto que tem efeito legal.

Ver a versão original em [businesswire.com:https://www.businesswire.com/news/home/20260121018282/pt/](https://www.businesswire.com/news/home/20260121018282/pt/)

Kota Yamaji

Relações Públicas

Kioxia Corporation

+81-3-6478-2319

kioxia-hd-pr@kioxia.com

Congresso discute reforma na lei de patentes para não travar inovação



Legislação em análise prevê maior segurança jurídica para quem investe em pesquisa e adoção de mecanismo já usado por países líderes em ciência

Imagine que um inventor brasileiro desenvolva uma tecnologia capaz de facilitar o dia a dia das pessoas ou acelerar a produção da indústria. Em países líderes em inovação, como Estados Unidos, Japão ou membros da União Europeia, a proteção dessa descoberta costuma ser definida em cerca de três anos. No Brasil, o mesmo inventor pode esperar mais de uma década para ter sua **patente** analisada. Nesse intervalo, a inovação perde valor, investidores recuam e muitas vezes a inovação nem chega ao mercado, suplantada por algo que vem de fora.

A lentidão do sistema de **patentes** brasileiro não é apenas um entrave burocrático. Ela impacta diretamente o desenvolvimento científico, o acesso a novas tecnologias e a capacidade do país de competir globalmente. Em um mundo no qual a inovação se tornou eixo central do crescimento econômico, atrasos crônicos funcionam como um desestímulo estrutural à pesquisa e ao investimento de longo prazo.

No Brasil, a Lei de Patentes garante a exclusividade de comercialização pelo inventor pelo prazo de 20 anos. Mas esse período começa a ser contado na entrada do pedido da patente, não da sua concessão. Ou seja, quanto maior for a demora para análise do

pedido, menor será o período para o inventor recuperar os investimentos que fez durante o processo de pesquisa e desenvolvimento.

Nos últimos anos, a morosidade do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** para analisar e conceder **patentes** no Brasil tem sido objeto de críticas recorrentes de especialistas, empresários e organismos internacionais. Tradicionalmente, o intervalo entre o depósito de um pedido e a decisão final de concessão, incluindo o exame técnico, costuma se estender por anos, com médias históricas que ultrapassam uma década em diversos setores. Relatórios da **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO)** apontam que o Brasil já chegou a ter tempos médios de 8 a 11 anos para **concessão de patentes**.

É diante desse cenário que surge o Movimento Brasil pela Inovação, uma coalizão multissetorial formada por ABBI (Associação Brasileira de Biotecnologia), **ABPI (Associação Brasileira de Propriedade Intelectual)**, CropLife Brasil, **Interfarma (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa)**, IBCIS (Instituto Brasileiro de Comércio Internacional, Investimento e Sustentabilidade) e ILM (Instituto Livre Mercado). O grupo defende a modernização da legislação de **patentes** como condição essencial para garantir segurança jurídica, atrair investimentos e acelerar a chegada de soluções inovadoras à sociedade.

A preocupação central está na falta de previsibilidade do sistema brasileiro. Embora o prazo geral de análise tenha apresentado melhora pontual nos últimos anos, a morosidade segue como regra, sem qualquer mecanismo que compense o inventor pelos atrasos causados pelo próprio Estado. Esse descompasso com as melhores práticas internacionais enfraquece a credibilidade institucional do país, freia a competitividade e contribui para a chamada "fuga de cérebros".

A principal proposta defendida pela coalizão é a adoção do PTA (Patent Term Adjustment), mecanismo já utilizado em países que lideram os rankings globais de inovação. O PTA permite

ajustar o prazo de validade da patente para compensar atrasos excessivos na análise administrativa, garantindo que o titular não seja penalizado por ineficiências do poder público.

No Brasil, a implementação do PTA está em discussão no Congresso por duas vias legislativas: o PL 2210/2022, por meio da Emenda nº 4, que atualiza a Lei de **Propriedade Industrial**, e o PL 5810/2025, projeto dedicado exclusivamente ao tema. Este último prevê ajustes de até cinco anos no prazo de **patentes** afetadas por atrasos do **INPI**, em consonância com decisões do Supremo Tribunal Federal que reconhecem a necessidade de corrigir falhas do Estado.

APROVAÇÃO DOS BRASILEIROS

O funcionamento da lei de **patentes** é desconhecido pela maioria dos brasileiros. Pesquisa conduzida pela Nexus, que ouviu 2.000 brasileiros em todo o país, mostra que apenas 1 em cada 4 brasileiros conhece como funcionam as regras de **propriedade**

intelectual. Mas 59% dos entrevistados declaram apoiar a exclusividade do uso da **patente** por 20 anos quando informados sobre o papel desse mecanismo na viabilização de **inovações tecnológicas**.

Para 80% dos ouvidos, o processo burocrático e lento de **registro de patentes** pode prejudicar, em alguma medida, a oferta de novos medicamentos no Brasil.

Enquanto outras nações ajustam seus marcos legais para acelerar o ciclo da inovação, o Brasil corre o risco de permanecer como consumidor tardio de tecnologias desenvolvidas fora de suas fronteiras. Modernizar a lei de **patentes** é, antes de tudo, uma decisão estratégica sobre que papel o país deseja ocupar no futuro da saúde, da bioeconomia e da economia do conhecimento.

*conteúdo patrocinado produzido pelo Estúdio Folha

Reconhecimento de marca de alto renome



Petrobras, Natura e Maizena são alguns exemplos de marca de alto renome, muito reconhecidas pelo público em geral. Registros recentes indicam a existência de cerca de 104 a 106 marcas com essa classificação especial no Brasil. O **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)** anunciou, nesta quinta-feira, mudança no processo de alto renome.

"Como resultado dos diálogos com as partes interessadas realizados em 2025, o **INPI** irá promover uma melhoria no procedimento de reconhecimento das marcas de alto renome: passará a ser possível indicar mais de um registro marcário como base para o pedido", destaca nota divulgada pela autarquia. Isso deve ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano. A mudança será implementada por meio de alterações nos atos normativos (na Portaria **INPI/PR** nº 08/2022), previstas para março, e no Manual de Marcas, cuja atualização deverá acontecer em junho.

O **INPI** receberá contribuições sobre a proposta até o dia 6 de fevereiro de 2026, pelo e-mail . O registro de marcas protege o nome, logotipo ou símbolo de um produto/serviço, impedindo que outros os usem indevidamente.

A mudança será implementada por meio de alterações (na Portaria **INPI/PR** nº 08/2022), previstas para março, e no Manual de Marcas, cuja atualização deverá ocorrer em junho. Conceitualmente, as marcas de alto renome são aquelas muito conhecidas pelo público em geral. Elas têm prestígio, tradição e confiança construídos ao longo do tempo, as-

sociados à qualidade dos seus produtos ou serviços.

Espaço Publicitário

Por serem reconhecidas nacionalmente além do seu próprio segmento de mercado, recebem uma proteção especial prevista em lei. "À marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade", define o **INPI**.

Toda marca reconhecida como de alto renome é incluída no banco de dados do sistema informatizado que o **INPI** usa para fazer as buscas de marcas de maneira que apareça em todas as classes. Por exemplo, se uma marca que tem reconhecimento de alto renome foi registrada originalmente para roupas, nenhuma outra marca igual ou parecida poderá ser registrada em qualquer outro ramo de atividade - como serviços bancários ou automóveis - caso possa causar confusão ou associação indevida.

De acordo com o **INPI**, essa proteção especial vale por 10 (dez) anos a partir do momento em que seu reconhecimento é publicado na RPI - Revista da **Propriedade Industrial**. Além disso, o **INPI** emite um certificado específico comprovando o reconhecimento.

Pontos de melhoria:

Todos os registros indicados deverão estar em vigor e corresponder a sinal marcário idêntico;

Os registros adicionais deverão ser informados por meio de declaração específica, a ser anexada ao requerimento de reconhecimento de alto renome;

A pesquisa de mercado comprobatória pode conter, nas respostas de associação espontânea e estimulada, produtos ou serviços de todos os registros indicados, desde que as opções apresentadas sejam similares em tamanho e em quantidade de produtos e serviços, de modo que a opção correta não se destaque entre as demais;

Em caso de reconhecimento do alto renome, constará no certificado somente o registro indicado no formulário eletrônico. Os demais registros, informados por meio da declaração, vão constar apenas

na decisão de reconhecimento; e Caso qualquer um dos registros utilizados como base para o reconhecimento seja extinto ou nulo, o alto renome irá expirar.

STJ nega extensão de patentes: Ozempic e Rybelsus



O Ozempic se tornou um dos medicamentos mais relevantes e disputados do mercado farmacêutico nos últimos anos. Prescrito para o tratamento do diabetes tipo 2 e amplamente utilizado também para controle de peso, o remédio alcançou vendas bilionárias e passou a ter forte impacto tanto na indústria quanto nos sistemas de saúde. Nesse contexto, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) chamou a atenção do setor ao tratar diretamente do prazo de exclusividade do produto no Brasil.

Por unanimidade, a Quarta Turma do STJ (órgão colegiado) decidiu que as patentes do Ozempic e do Rybelsus não podem ter seus prazos ampliados, mesmo diante da demora do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** para analisar os pedidos. Com isso, os ministros mantiveram o limite legal de 20 anos de vigência das patentes, contados a partir da data do depósito.

O julgamento analisou recurso apresentado pela farmacêutica Novo Nordisk, detentora das patentes, que alegava ter sido prejudicada pelo longo tempo de tramitação administrativa no **INPI**. Segundo a

empresa, o atraso teria reduzido o período efetivo de exploração exclusiva dos medicamentos, o que justificaria uma compensação com a prorrogação das patentes.

O STJ, no entanto, entendeu que a legislação brasileira não autoriza esse tipo de extensão. De acordo com o colegiado, a Constituição estabelece que patentes são direitos temporários e que o Judiciário não pode criar, caso a caso, novos prazos de exclusividade sem previsão legal clara. Os ministros também ressaltaram que o Supremo Tribunal Federal já afastou a possibilidade de prorrogação automática de patentes em razão da demora administrativa.

Em linguagem mais direta, a decisão significa que, mesmo que o exame de um pedido leve muitos anos, o prazo máximo da patente continua sendo o previsto em lei. Para o tribunal, permitir ampliações poderia prolongar monopólios e afetar o acesso da população a medicamentos, especialmente aqueles de alto custo e grande demanda, como é o caso do Ozempic.

A relatora do caso destacou ainda que o titular da patente não fica totalmente desprotegido durante a espera pela concessão. A legislação prevê o direito de pedir indenização caso terceiros explorem indevidamente a invenção antes do reconhecimento formal da patente.

Com a decisão, o STJ reforça o entendimento de que atrasos do **INPI** não justificam a extensão do prazo de patentes e mantém a segurança jurídica sobre o tempo de exclusividade de medicamentos no país. O resultado tende a influenciar outras disputas semelhantes envolvendo produtos de grande impacto econômico e social.

Índice remissivo de assuntos

ABPI	4,5,6,10,11
Entidades	4,5,6,10,11
Inovação	1,10,11
Marco regulatório INPI	2,3,4,5,6,7,10,11,12,13,14
Patentes	1,4,5,6,7,9,10,11
Propriedade Industrial	2,3,4,5,6,7,10,11,12,13,14
Propriedade Intelectual	1,4,5,6,8,9,10,11